

Uma proposta de revolução educacional

JORNAL DA TARDE

Em reunião ocorrida recentemente no Palácio do Planalto, um grupo de empresários e executivos apresentou ao presidente Fernando Collor uma proposta que poderá ser a redenção da educação básica brasileira. Eles prometem construir escolas, pagar professores, contratar pedagogos, organizar novos currículos, fornecer livros e dar merenda, desde que o governo federal lhes permita reter 0,75% dos 2,5% das folhas de pagamento que, atualmente, são destinados ao salário-educação.

Como deixaram claro para o chefe da Nação, esses empresários não pretendem fazer benemerência. Conscientes de que o fracasso do ensino público de 1º grau vem impedindo a qualificação da mão-de-obra necessária para operar equipamentos e executar tarefas cada vez mais sofisticadas, o que eles realmente desejam, com sua proposta, é criar condições mínimas para a melhoria de qualidade dos produtos nacionais, a fim de torná-los mais competitivos no mercado mundial. Casos como o da Cofap, uma empresa produtora de autopeças que tentou implantar um novo programa de controle de qualidade e descobriu que primeiro teria de alfabetizar uma boa parte de seus funcionários, são cada vez mais frequentes entre nós.

A proposta apresentada ao presidente da República foi preparada pela Comissão Empresarial de Competitividade, formada por 240 empresários dos mais variados setores da economia. Seus autores afirmam, com razão, que a paquidérmica e ineficaz máquina administrativa do governo consome quase inteiramente, com seu próprio custeio, os recursos propiciados pelo salário-educação; e as migalhas que sobram não são destinadas nem à melhoria do ensino básico nem à consolidação do ensino profissionalizante na rede pública. "As escolas assumi-

ram de forma intensa programas como os de combate ao alcoolismo e às drogas, que poderiam ser realizados numa ação lateral em associação com as famílias; por isso o Brasil forma hoje milhões de analfabetos que não sabem ler ou fazer contas" — diz o empresário catarinense Udo Döhler, um dos coordenadores dessa comissão.

É por causa do estrondoso fracasso do ensino básico ministrado pelo setor público que as novas gerações estão chegando ao mercado de trabalho despreparadas e desqualificadas, incapazes de entender um simples manual de instruções e, por conseguinte, de aplicar novas tecnologias. A baixíssima produtividade de nosso parque industrial decorre, justamente, da má qualidade de nossos recursos humanos. Enquanto o País não resolver esse problema, afirma Döhler, a indústria brasileira dificilmente conseguirá atingir os níveis de qualidade necessários para a competição de seus produtos num mercado mundial cada vez mais exigente, em termos de preço e de tecnologia. Para ter oportunidade de sucesso nesse mercado, a empresa gaúcha DHD, que exporta autopeças, já montou, com recursos próprios, uma escola para 400 alunos, em Porto Alegre. O aspecto mais importante dessa escola é que ela está voltada para o ensino básico, e não para o ensino profissionalizante.

Na reunião com o presidente Collor, os empresários ilustraram sua proposta mostrando a experiência da iniciativa privada em matéria de educação nos Estados Unidos, no Japão e na Alemanha. Diante da magnitude da proposta apresentada por eles, é de se esperar, agora, que o governo federal acolha sua pretensão — o que poderá resultar, finalmente, na melhoria qualitativa de nossos recursos humanos, com resultados benéficos para toda a sociedade.